



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 20.320.503/0001-51 DUNS®: 898589155
Razão Social: FUNDACAO ARTHUR BERNARDES
Nome Fantasia: FUNARBE
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 17/07/2026
Natureza Jurídica: FUNDAÇÃO PRIVADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	19/12/2026	Automática
FGTS	Validade:	11/07/2026	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	19/12/2026	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/08/2026
Receita Municipal	Validade:	10/07/2026

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2027



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO Vínculo com Serviço Público

Dados do Fornecedor

CNPJ:	20.320.503/0001-51	DUNS®:	898589155
Razão Social:	FUNDACAO ARTHUR BERNARDES		
Nome Fantasia:	FUNARBE		
Situação do Fornecedor:	Credenciado		
Natureza Jurídica:	FUNDAÇÃO PRIVADA		
MEI:	Não		
Porte da Empresa:	Demais		

Vínculos:

CPF:	924.025.426-91
Nome:	OLINTO LIPARINI PEREIRA
Lotação:	DEPARTAMENTO DE FITOPATOLOGIA
Cargo/Função na APF:	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Tipo de vínculo:	Sócio/Admin

CPF:	644.357.686-15
Nome:	RODRIGO GAVA
Lotação:	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO
Cargo/Função na APF:	PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Tipo de vínculo:	Sócio/Admin e Responsavel Legal



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **FUNDACAO ARTHUR BERNARDES**

CPF/CNPJ: **20.320.503/0001-51**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 15:22:37 do dia 23/06/2026 , com validade até o dia 23/07/2026.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: h0tRKnFiSXTRKLu9ikfU

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 23/06/2026 15:21:58

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **Fundação Arthur Bernardes**
CNPJ: **20.320.503/0001-51**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 23/06/2026, 15:24

CPF / CNPJ: **20.320.503/0001-51** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 23/06/2026, 15:24

CPF / CNPJ: **20.320.503/0001-51** Situação para a Esfera Estadual: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NzAxZWU1NGZiZGY3YjA5NTBmYjY2OWJmNTImMDZiY2NiN2E0M2ZiNmM2YTgxMTExNTVhODdlYmQ5MDk4YjE1Yw==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 23/06/2026, 15:24

CPF / CNPJ: **20.320.503/0001-51** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: ZDUxNGI4MzA1ZjUyMmE3OTkwYjMxNWl0MjBmMDA2MDdlOWJjM2Y0ZGJjNWEyZjYzMzQ5MTM0MTImZjNkMThiYg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



Prefeitura Municipal de Viçosa
Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Certidão Negativa de Débito

Emitido em 23/06/2026 às 15:13:53

Por Contribuinte

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Razão Social: FUNDACAO ARTHUR BERNARDES

Endereço: AVENIDA PETER HENRY ROLFS S/N EDIF SEDE - CAMPUS UNIVERSITARIO -UFV - VIÇOSA - MG - CEP
36.570-900

O Município de Viçosa-MG, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, atendendo à solicitação da parte interessada acima identificada, CERTIFICA que, NÃO foram localizados débitos, cuja responsabilidade tributário e/ou fiscal é ao mesmo atribuída até a presente data. Conforme Código Tributário Municipal combinado com o disposto no artigo 205, da Lei Federal n.º 5.172, de 25/10/1966 - Código Tributário Nacional.

Ressalva-se a Fazenda Pública no direito de constituir e cobrar novos créditos cuja responsabilidade possa ser igualmente atribuída ao contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressaltando-se, mais, no direito de consolidar à inscrição municipal acima epigrafada os débitos que porventura vinculados a outras inscrições municipais em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente certidão para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Emitida às 15:13:53 horas do dia 23/06/2026

Início de validade: 23/06/2026

Válida até dia: 23/07/2026

Código de Autenticidade: **I9WW6OISQRR8JKK**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no Portal do Cidadão do município de Viçosa - MG no endereço eletrônico:
<http://vicosas.ereceita.net.br/portal>

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 20.320.503/0001-51
Razão social: FUNDACAO ARTHUR BERNARDES
Endereço: AV PETER HENRY ROLFS S/N S/N EDIF SEDE/ CAMPUS UNIVERSITARI /
VICOSA / MG / 36570-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/06/2026 a 11/07/2026

Certificação Número: 2026061201070226316397

Informação obtida em 23/06/2026 15:17:47

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ARTHUR BERNARDES (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Certidão nº: 56941175/2026

Expedição: 23/06/2026, às 15:16:38

Validade: 20/12/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ARTHUR BERNARDES (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **20.320.503/0001-51**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão

11/05/2026

Data de validade

09/08/2026

Razão Social

FUNDACAO ARTHUR BERNARDES

CNPJ

20.320.503/0001-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;
2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.



A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: <https://cdt.fazenda.mg.gov.br> > Validar CDT

Código de controle de autenticidade

F1C2-79E9-A5CD-222F-7EE3-9C93-1253-04F1



Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão

11/05/2026

Data de validade

09/08/2026

Razão Social

FUNDACAO ARTHUR BERNARDES

CNPJ

20.320.503/0011-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;
2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.



A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: <https://cdt.fazenda.mg.gov.br> > Validar CDT

Código de controle de autenticidade

1AE4-80B3-E68E-FE72-BC62-6B97-EB04-F05C



Certidão de Débitos Tributários

Negativa

Data de emissão

11/05/2026

Data de validade

09/08/2026

Razão Social

FUNDACAO ARTHUR BERNARDES

CNPJ

20.320.503/0009-09

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;
2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.



A autenticidade desta certidão pode ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em: <https://cdt.fazenda.mg.gov.br> > Validar CDT

Código de controle de autenticidade

9128-3BFB-EA90-942F-1AAB-702A-C946-1265



Demonstrações Contábeis 2025

Com parecer de auditoria independente

Em 31 de dezembro de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Valores em reais)

ATIVO



ATIVO	Notas explicativas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	(4)		
Caixa e bancos		1.709.075	1.104.801
Aplicações financeiras		107.964.204	91.529.680
		109.673.279	92.634.480
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	(4)		
Aplicações financeiras projetos		762.079.584	649.529.413
		762.079.584	649.529.413
Total de Caixa e Equivalente de Caixa		871.752.863	742.163.893
Créditos e estoques (sem restrição)			
Clientes	(5)	9.079.928	13.838.789
Outros créditos a receber	(6)	-	29.527
PCLD - Liquidação duvidosa	(5)	(338.676)	(890.663)
Adiantamentos	(7)	1.477.422	339.792
Adiantamentos para projetos	(8)	270.877	453.267
Créditos tributários	(9)	161.420	160.502
Despesas antecipadas	(10)	75.633	86.026
Estoques	(11)	11.330.177	9.681.140
		22.056.780	23.698.380
Total do ativo circulante		893.809.644	765.862.273
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo (sem restrição)			
Créditos tributários	(9)	234.634	69.291
Depósitos judiciais	(12)	757.042	754.343
Imóveis	(13)	95.447	95.447
Fundo de investimentos	(14)	2.727.606	2.607.605
		3.814.729	3.526.687
Imobilizado	(15)		
Bens móveis (sem restrição)		21.958.552	14.328.533
Depreciação acumulada (sem restrição)		(8.925.562)	(7.894.758)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros (sem restrição)		45.514.673	44.523.942
Amortização acumulada (sem restrição)		(5.975.245)	(5.299.358)
		52.572.418	45.658.359
Intangível (sem restrição)	(15.1)		
Direito de uso de software		-	76.900
Amortização acumulada		-	(67.327)
		-	9.573
Total do ativo não circulante		56.387.146	49.194.619
Total do ativo		950.196.790	815.056.892

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL EM
(Valores em reais)
PASSIVO

PASSIVO	Notas explicativas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Fornecedores (sem restrição)	(17)	7.235.752	8.478.372
Créditos convênios (com restrição)	(18)	-	339.397
Obrigações tributárias e previdenciárias (sem restrição)	(19)	1.730.421	1.641.706
Salários e obrigações (sem restrição)	(20)	1.022.930	915.300
Férias e décimo terceiro (sem restrição)	(21)	2.613.007	2.457.616
Contratos a executar (sem restrição)	(22)	20.346.266	20.639.124
Convênios a executar (com restrição)	(22)	762.079.584	649.529.413
Glosas de prestação de contas (sem restrição)	(23)	500.000	500.000
Apoio ao desenvolvimento acadêmico (sem restrição)	(24)	2.520.529	1.667.832
Comissões a representantes comerciais (sem restrição)	(25)	32.788	45.770
Demais obrigações (sem restrição)	(26)	2.514.582	1.850.499
Total do passivo circulante		800.595.858	688.065.029
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo (sem restrição)		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	(28)		
Reservas para investimentos	(28.1)	126.991.863	111.930.582
	(28.2)	-	392.395
Superávit do exercício	(28.3)	22.609.069	14.668.887
Total do patrimônio social líquido		149.600.932	126.991.863
Total do passivo e patrimônio líquido		950.196.790	815.056.892

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

(Valores em reais)



	Notas explicativas	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS		158.169.692	142.657.595
Receita bruta com gestão de projetos (sem restrição)	(29)	14.750.849	12.056.408
Receita bruta de venda de produtos (sem restrição)	(29)	80.386.122	72.342.812
Receita bruta de venda de mercadorias (sem restrição)	(29)	63.032.722	58.258.375
Deduções da receita (sem restrição)	(30)	(13.280.586)	(9.585.682)
RECEITA LÍQUIDA		144.889.106	133.071.913
Custo dos produtos vendidos (sem restrição)	(31)	(38.309.300)	(40.894.271)
Custo das mercadorias vendidas (sem restrição)	(31)	(45.440.510)	(44.180.513)
SUPERÁVIT BRUTO		61.139.296	47.997.129
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (SEM RESTRIÇÃO)			
Despesas e custos de pessoal	(32)	(28.639.215)	(26.630.315)
Despesas administrativas	(33)	(7.345.713)	(7.202.663)
Despesas operacionais	(34)	(3.462.927)	(2.517.144)
Outras despesas operacionais	(35)	(4.601.528)	(4.153.510)
Sustentabilidade	(36)	(306.107)	(227.217)
Programas de apoio à UFV	(37)	(2.664.900)	(1.634.759)
Outras receitas operacionais	(38)	102.293	1.930.897
Depreciações e amortizações	(39)	(2.456.186)	(2.038.409)
Alienação do permanente	(40)	337.454	149.600
Compensação de tributos e contribuições	(41)	-	1.413.117
Receita com trabalho voluntário	(42)	73.338	66.070
Despesa com trabalho voluntário	(42)	(73.338)	(66.070)
Receitas vinculadas à execução de projetos (com restrição)	(22)	490.969.374	347.898.700
Despesas vinculadas à execução de projetos (com restrição)	(22)	(490.969.374)	(347.898.700)
		(49.036.829)	(40.910.404)
SUPERÁVIT ANTES DAS OP. FINANCEIRAS		12.102.467	7.086.725
Aplicações financeiras (sem restrição)	(43)	10.506.602	7.582.162
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		22.609.069	14.668.887

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM
(Valores em reais)

Composição	Patrimônio Social	Reserva p/ investimentos	Superávit (Deficit)	Total
Saldo em 31.12.2023	99.235.627	915.000	12.172.350	112.322.976
Incorporação ao patrimônio	12.172.350	-	(12.172.350)	-
Realização reservas de investimentos	522.605	(522.605)	-	-
Superávit do exercício	-	-	14.668.887	14.668.887
Saldo em 31.12.2024	111.930.582	392.395	14.668.887	126.991.863
Incorporação ao patrimônio	14.668.887	-	(14.668.887)	-
Realização reservas de investimentos	392.395	(392.395)	-	-
Superávit do exercício	-	-	22.609.069	22.609.069
Saldo em 31.12.2025	126.991.863	-	22.609.069	149.600.932

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) MÉTODO INDIRETO EM
(Valores em reais)

	31.12.2025	31.12.2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO	22.609.069	14.668.887
Crédito liquidação duvidosa	(551.986)	409.317
Depreciação e amortização	2.456.186	1.848.059
Estorno de depreciação	(749.495)	-
Amortização de intangível	-	13.603
Subtotal	23.763.773	16.939.866
REDUÇÃO (AUMENTO) ATIVOS OPERACIONAIS	2.025.545	(649.943)
Contas a receber	4.788.388	(2.091.400)
Estoques	(1.649.038)	1.430.112
Adiantamentos	(1.137.630)	51.664
Antecipação a convênios	182.390	76.180
Depósitos judiciais	(2.699)	(238.987)
Outros ativos circulantes	9.475	75.290
Impostos a recuperar LP	(165.343)	47.198
REDUÇÃO (AUMENTO) PASSIVOS OPERACIONAIS	273.517	(571.601)
Fornecedores	(1.242.621)	1.507.382
Salários e gratificações	107.631	16.289
Obrigações tributárias e previdenciárias	88.714	17.127
Provisões	1.211.805	839.123
Outras obrigações	107.987	(2.951.522)
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	26.062.834	15.718.322
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Fundos e investimentos	(120.000)	(522.605)
Adições ao imobilizado	(12.670.183)	(7.754.010)
Baixas ao imobilizado	4.772.423	824.992
Reclassificação do ativo imobilizado (15)	(722.990)	-
Baixa ativo intangível	9.572.63	-
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8.731.177)	(7.451.624)
ATIVIDADES DE GESTÃO DE CONVÊNIOS		
Gestão de contratos e parcerias	(292.859)	1.940.793
Gestão de convênios e projetos	112.550.172	184.824.503
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	112.257.313	186.765.296
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	129.588.970	195.031.994
Caixa e equivalente de caixa (encerramento)	871.752.863	742.163.893
Caixa e equivalente de caixa (abertura)	742.163.893	547.131.899
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	129.588.970	195.031.994

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM

(Valores em reais)

	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS	158.318.151	143.402.459
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	157.697.334	142.107.500
Outras receitas	623.726	2.047.447
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.910)	(752.488)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	102.714.792	99.213.865
Matérias-primas consumidas	31.567.627	33.213.345
Custos das mercadorias e serviços	45.037.019	43.432.989
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	24.187.627	20.388.887
Perdas/recuperação de valores de ativos	1.922.519	2.178.644
VALOR ADICIONADO BRUTO	55.603.359	44.188.595
RETENÇÕES	2.456.186	2.038.409
Depreciação e amortização	2.456.186	2.038.409
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	53.147.172	42.150.185
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	10.506.602	7.582.162
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	63.653.774	49.732.347
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	63.653.774	49.732.347
Pessoal e encargos	28.639.215	26.642.109
Impostos, taxas e contribuições	12.405.490	8.421.351
Superávit do exercício	22.609.069	14.668.887

As nota explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.**

(Valores em reais)

**1. CONTEXTO FUNDACIONAL**

A Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, está regularmente credenciada pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, cuja atividade está regulamentada pela Lei nº 8.958/94 e pelo Decreto nº 7.423/2010. A Fundação tem sua atividade enquadrada no terceiro setor e foi instituída pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), de forma pública, em cartório apropriado, como Fundação de direito privado sem fins lucrativos, com os objetivos de cunho educacional e de desenvolvimento social, econômico, cultural, científico, tecnológico e ambiental. Ocupa-se da gestão de recursos oriundos de contratos, convênios e prestação de serviços de consultoria para viabilizar o melhor desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão da UFV e de instituições afins; além da atuação nas atividades sociais da UFV por meio da administração do Supermercado Escola e escoando o excedente da produção do Laticínio Escola com os produtos da marca "Viçosa".

A Funarbe é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, localizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais, no Edifício Sede, S/N, bairro *Campus Universitário* da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No cumprimento de suas finalidades estatutárias, a Fundação poderá firmar contratos, convênios, acordos, termos de parceria e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

São órgãos da Administração da Fundação Arthur Bernardes:

- I) Conselho Curador
- II) Conselho Fiscal
- III) Diretoria Executiva
- IV) Superintendência

Os integrantes dos Conselhos e membros da Diretoria Executiva não recebem qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, sob nenhuma forma.

O superávit gerado pela Fundação, seja qual for sua natureza, independente da fonte, será aplicado integralmente na manutenção de seus objetivos institucionais, vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, de suas rendas e de eventuais saldos, a qualquer título.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**2.1. Declaração de conformidade**



Na elaboração das Demonstrações Contábeis adotou-se às práticas de contabilidade aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Fins De Lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- I) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa 3.3);
- II) Vida útil dos bens do Ativo Imobilizado (nota explicativa 3.8);
- III) Provisões e Contingências (nota explicativa 3.12).

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6. Critérios Contábeis



As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.7. Demonstração de Resultados Abrangentes

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

3.1. Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TC 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados aos serviços ou vendas de produtos e mercadorias, inclusive no cartão de crédito. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Fundação não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros



Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias:

- I) Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- II) Empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. No caso da Fundação compreendem as aplicações financeiras.

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber.

3.4.4. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para seus ativos.

3.4.5. Passivos financeiros

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.



A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sem o ICMS, dentro do que é mencionado no item 9 da NBC TG 16 e são compostos por mercadorias para revenda, por produtos acabados, por insumos a serem utilizados no processo produtivo, fretes e outros custos/despesas.

3.6. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

3.7. Propriedades para Investimentos

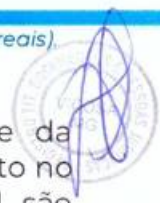
Propriedades (salas comerciais) mantidas pela Fundação para auferir aluguel, para valorização do capital ou para ambas. Estão classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante, podendo ser mensurado após o reconhecimento inicial pelo Método do Custo ou pelo Método do Valor Justo, conforme NBC TG 28 (R4). Poderiam sofrer atualizações constantes, porém como o indexador é a Taxa Referencial (TR), o impacto seria irrelevante.

3.8. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. Abrange, também, os custos de benfeitorias realizadas em bens de terceiros. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 16 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

3.9. Intangível



Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação; licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos. A Fundação, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu intangível.

3.10. Recursos de Projetos

As entradas dos recursos destinados à execução dos projetos são registradas em contas específicas do ativo, passivo e de resultado, as saídas são registradas em contas individuais de despesas, não existindo qualquer variação de valores no resultado da demonstração do superávit/déficit da Fundação.

3.11. Férias e Décimo Terceiro

São passivos derivados de apropriações por competência. Em obediência às normas contábeis e por questões de planejamento financeiro, a Fundação apropria recursos mensalmente para fins de liquidação de despesas futuras.

3.12. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Fundação. As provisões são atualizadas periodicamente.

3.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pro rata" dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

3.14. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.



3.15. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência). No caso dos projetos, para atendimento ao regime de competência, as receitas são apropriadas na mesma proporção da execução financeira dos projetos.

3.16. Políticas Contábeis e mudança de estimativa

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Fundação adota contabilização e apresentação de forma segregada de contas decorrentes de recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos, tanto para contas patrimoniais quanto de resultados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São basicamente aplicações financeiras de curto e médio prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.

As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.



Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e Banco	1.719.075	1.104.801
Caixa	52.959	47.457
Banco com Movimentos	1.666.116	1.057.344
Aplicações Financeiras	107.954.204	91.529.680
Banco do Brasil	22.970.982	11.556.702
Caixa Econômica Federal	517.363	1.239.257
UFV – Credi	221.918	1.509.579
BTG Pactual S.A.	33.561.204	31.947.754
XP Investimentos S.A.	18.340.874	14.056.200
SICOOB	1.406	87.409
Santander S.A	11.994.192	10.493.654
Banco do Brasil-Aplicação Projetos	20.346.266	20.639.124
Contas Vinculadas	762.079.584	649.529.413
Aplicações Financeiras de Convênios	762.079.584	649.529.413
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	871.752.863	742.163.893

5. CLIENTES

Os valores a receber estão representados basicamente pela venda de produtos do Laticínio e pela venda a prazo no Supermercado Escola, para os funcionários da Universidade Federal de Viçosa-UFV e da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe.

A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada mensalmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Supermercado Escola	5.868.212	9.280.522
Clientes a Receber	6.095.783	9.550.683
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(227.571)	(270.161)
Laticínio Escola	2.873.040	3.667.605
Clientes a Receber	2.984.145	4.288.106
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(111.105)	(620.502)
Total de Clientes a Receber	8.741.251	12.948.126

As contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como perdas estimada de difícil liquidação representando, em 2025, o montante acumulado de 338.676 (890.663 em 2024).



6. OUTROS CRÉDITOS

São devoluções, pelo banco sacado, de cheque recebido em pagamento (de duplicata, de venda à vista ou de qualquer outra transação), não cabendo estorno do lançamento original que registrou o pagamento, uma vez que a transação em si não foi desfeita.

7. ADIANTAMENTOS

São valores adiantados a colaboradores que viajem a serviço da instituição e adiantamentos para suprimentos de fundos (pequenas despesas).

8. ADIANTAMENTOS A PROJETOS

A Fundação registra os adiantamentos concedidos a projetos a fim de acobertar gastos necessários à execução da pesquisa, sem que haja prejuízos aos pesquisadores, financiadores e gestora.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A legislação mineira de ICMS permite que haja compensação do imposto, isto é, garante ao sujeito passivo ou àquele que recebe as mercadorias ou produtos o direito de se creditar do imposto que foi anteriormente cobrado em operações envolvendo a entrada de mercadorias.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

São despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Plano de Saúde	2.344	788
Seguros de Veículos	73.289	70.802
Seguro Prédial	-	9.542
Vale Transporte	-	4.895
Total:	75.633	86.026

11. ESTOQUE

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas.



Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Mercadorias	4.764.727	4.851.945
Produtos	2.109.752	1.422.633
Matérias-primas e Embalagens	3.717.710	2.781.097
Consumo Interno	614.099	522.799
Estoque de Terceiros	123.889	102.665
Total de Estoques	11.330.177	9.681.140

12. DEPÓSITO PARA RECURSO JUDICIAL

O depósito judicial existente está vinculado ao processo na vara cível da comarca de Viçosa, Minas Gerais, ação de reconhecimento de indébita não-tributário, em desfavor da Funarbe. Foi realizado para prosseguimento da ação e fazer face ao pagamento. O depósito do valor em juízo ocorre por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

13. IMÓVEIS

A Fundação registra nesta conta o valor das salas comerciais de sua propriedade, localizadas no centro da cidade de Viçosa. Os imóveis não sofreram, desde sua aquisição, nenhum ajuste do seu valor patrimonial para o preço de mercado.

14. FUNDO DE INVESTIMENTOS

Fundo formado pela união de várias fundações e empresas. A FUNDEPAR Investimentos, na condição de gestora do SEED4SCIENCE, seleciona e investe capital somente em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento. O Fundo então se torna sócio da empresa investida, apoiando sua estruturação e crescimento.

15. IMOBILIZADO

É registrado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa 1700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens. A sua configuração é a seguinte:



	31.12.2024		31.12.2025							
	Taxa %	Valor Contábil Líquido	Entradas por Aquisições	Entradas por Transferências	Baixas de Bens	Baixas de bens por Transferências	Depreciação e Amortização	Estorno de Depreciação	Depreciação e Amortização Líquida	Valor Residual Líquido
Máquinas e Equipamentos										
Administração de Projetos	10%	625.244	35.123	5.465	(9.749)	(667.050)	(11.759)	(129.683)	117.924	106.958
Laticínio Escola	10%	2.385.081	1.676.260	48.446	(144.165)	(48.446)	(526.621)	(129.894)	(396.727)	3.520.450
Supermercado Escola	10%	772.574	731.190	0,01	(27.351)	-	(155.713)	(22.947)	(132.766)	1.343.647
CSC	10%		3.463.071	663.374		(1.789)	(127.810)	124.445	(252.255)	3.872.401
Móveis e Utensílios										
Administração de Projetos	10%	330.499	52.053	54.214	(50.942)	(366.421)	(24.285)	(181.197)	156.912	176.316
Laticínio Escola	10%	176.134	68.568	-	(3.458)	-	(37.038)	(583)	(36.455)	204.789
Supermercado Escola	10%	439.533	461.769	448	(85.640)	-	(78.551)	(54.304)	(24.247)	791.864
CSC	10%		73.181	346.237	(299)	(34.479)	(29.043)	139.078	(168.121)	216.519
Veículos										
Administração de Projetos	20%	430.355	-	457.287	(157.308)	(656.249)	(29.006)	(124.131)	95.125	169.210
Laticínio Escola	20%	533.962	850.387	60.360	(102.969)	(60.360)	(254.717)	(97.144)	(157.573)	1.123.806
Supermercado Escola	20%	263.327	346.449	176.962	(67.682)	-	(132.902)	20.905	(153.807)	565.250
CSC	20%		409.480	645.491		(623.491)	(124.992)	(72.631)	(52.362)	379.118
Tecnologia (TI)										
Administração de Projetos	20%	264.344	16.130	62.800	(94.967)	(993.162)	(31.280)	(859.772)	828.493	83.637
Laticínio Escola	20%	98.932	37.671	2.420	(3.270)	-	(32.181)	(693)	(31.488)	104.264
Supermercado Escola	20%	113.790	42.384	2.197	(7.984)	(1.017)	(36.214)	(5.856)	(30.357)	119.014
CSC	20%		156.918	991.807	(35.511)	(64.366)	(58.108)	734.992	(793.100)	255.748
Benfeitorias (Imóveis)										
Administração de Projetos	1,7%	9.784.924	30.492	8.492.387	-	(17.288.952)	(24.115)	(198.793)	174.677	1.193.530
Laticínio Escola	1,7%	19.061.548	2.002.095	38.231	-	(1.631)	(376.685)	(4.0814)	(376.277)	20.723.967
Supermercado Escola	1,7%	10.378.111	213.231	1.472.476	(398.939)	(192.507)	(217.144)	(2.814)	(214.331)	11.258.041
CSC	1,7%	-	2.003.731	8.526.624	(3.582.190)	(324.319)	(148.022)	111.935	(259.957)	6.363.890
Total Ativo Permanente		45.658.359	12.670.183	22.047.227	(4.772.423)	(21.324.238)	(2.456.186)	(749.495)	(1.706.691)	52.572.418



A Funarbe reavaliou seus ativos imobilizados, mas permanecendo com adoção das taxas fiscais para fins de depreciação, com exceção das taxas aplicadas as benfeitorias em imóveis de terceiros, no qual a Fundação optou por padronizar a amortização conforme relatório apresentado por consultoria especializada.

No exercício de 2025, a Fundação promoveu uma reestruturação na segregação de seus ativos imobilizados. Tal reestruturação implicou na transferência de bens entre unidades, ocasionando um volume relevante de registros contábeis de baixas e de reconhecimentos de ativos entre as filiais, conforme demonstrado no quadro acima. As referidas alterações foram efetuadas em observância às disposições contidas no CPC 27.

16. AVALIAÇÃO DE ATIVOS E TESTE DE RECUPERABILIDADE (IMPAIRMENT)

Em atendimento às normas contábeis, em especial o CPC 27, e por sugestão da empresa de auditoria, a Fundação realizou estudos acerca dos seus ativos com o objetivo adequar o valor dos bens a realidade de mercado e ajustar sua vida útil. O estudo foi iniciado em 2024 e concluído no primeiro trimestre de 2025.

A revisão e análise da vida útil dos bens das unidades da Fundação foi realizada com vistas a uma eventual adequação das taxas a serem aplicadas nos bens inseridos no ativo imobilizado da Fundação.

O levantamento contemplou também o teste de recuperabilidade dos ativos (Impairment). Foi verificado se os ativos estão desvalorizados, ou seja, se o valor contábil excede o valor recuperável.

A conclusão do trabalho resultou em um laudo para a adequação do patrimônio da Fundação às normas internacionais de contabilidade e atender orientações da empresa de auditoria.

Apesar de ter realizado a reavaliação de seus bens, a Fundação optou por manter as taxas fiscais da Receita Federal, tendo em vista que não foram encontradas diferenças significativas que justificassem a alteração, bem como por entender que o valor de seus itens está compatível com a realidade de mercado.

17. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

18. CRÉDITOS A CONVÊNIOS

Os valores registrados correspondem a montantes relacionados a projetos de pesquisa que, na data-base das demonstrações contábeis, encontram-se em processo de identificação e alocação aos respectivos projetos.



19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

A Fundação mantém registrado em contas próprias as suas obrigações. Esta rubrica representa a retenção de impostos e contribuições de terceiros sobre os pagamentos realizados, a serem posteriormente recolhidos.

20. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES

A Fundação apresenta de forma segregada as suas contas contábeis em que se registra as despesas inerentes aos colaboradores alocados nas três unidades da Funarbe, bem como eventuais contratações realizadas para atender projetos de pesquisa.

21. FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO

São estimativas de gastos com o período aquisitivo dos colaboradores. Trata-se de débito mensal para custear direitos adquiridos, incluindo pagamento de encargos.

É realizada em obediência ao princípio da competência contábil. A baixa, ou seja, seu desembolso, ocorre no decorrer do ano.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Férias	2.613.007	2.457.616
Décimo Terceiro	-	-
Total:	2.613.007	2.457.616

22. CONVÊNIOS E CONTRATOS A EXECUTAR

Refere-se a valores de convênios e contratos que a Fundação administra. Os valores relativos aos convênios conjugam exatamente com os valores constantes no Ativo, na conta Aplicação Financeira de Convênios. Esses valores são aplicados em fundos de investimentos e os seus rendimentos são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio, em contas do Passivo.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Contratos	20.346.266	20.639.124
Convênios	762.079.584	649.529.413
Total de Convênios e Contratos	782.425.850	670.168.537

A Administração da Fundação, apesar de entender que a Funarbe está adequada quanto aos normativos contábeis, realizou ações acerca das possíveis movimentações dos recursos de convênios e contratos em contas de resultado,



conforme dispõe a ITG 2002. O intuito é demonstrar de forma segregada nas demonstrações contábeis, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita com Execução de Contratos e Convênios ,	490.969.374	347.898.700
Despesas com Execução de Contratos e Convênios	(490.969.374)	347.898.700
Total de Convênios e Contratos	-	-

23. GLOSAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Fundação toma conhecimento das possíveis glosas após o recebimento dos ofícios de diligências. Esses ofícios são emitidos pelas financiadoras após a análise da prestação de contas técnico-financeira.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Glosas de Prestação de Contas	500.000	500.000
Total:	500.000	500.000

As glosas podem ocorrer devido a mudança de legislação ou no entendimento de procedimentos da financiadora, referente ao período de execução do projeto.

O valor da Provisão de Glosas de Prestação de Contas é controlado no Passivo Circulante, conforme tratamento dado pelos órgãos fiscalizadores. A saldo mantido na conta de provisão está em conformidade com a política de Provisão para Glosas de Prestação de Contas da Fundação.

24. APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

A Fundação apoia atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Viçosa. Este amparo se manifesta por meio de ações concretas, com a manutenção da provisão de Desenvolvimento Acadêmico, constituído de um percentual pré-definido aplicado sobre o superávit do período, destinando o recurso a projetos de interesse da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico	2.520.529	1.667.832
Total:	2.520.529	1.667.832

O recurso será, ao longo do ano de 2026, transferido aos projetos de pesquisas de interesse da comunidade universitária, respeitando os critérios estabelecidos pela UFV e Funarbe.

25. COMISSÕES A REPRESENTANTES

Na Fundação, entende-se por representação comercial a relação por meio da qual uma pessoa física ou jurídica desempenha, sem relação de emprego e em caráter não eventual, a intermediação e o escoamento do excedente de produção do Laticínio Escola.

A remuneração do representante comercial se dá por meio do pagamento de comissões, que, conforme disposição legal, são calculadas com base em percentuais dispostos no contrato de representação, tendo como base de cálculo o valor das mercadorias cujo escoamento tenha sido intermediado pelo representante.

26. DEMAIS OBRIGAÇÕES DO PASSIVO CIRCULANTE

Referem-se aos valores provisionados para fins de avaliação dos colaboradores, depósitos não identificados, livros e mercadorias da Grife UFV e outros credores.

Demais Obrigações	31.12.2025	31.12.2024
Programas de Desempenho	1.626.298	1.422.582
Cartão Alimentação	90.595	144.110
Créditos a Identificar de Projetos	292.614	-
Consignação Mercantil	10.795	18.448
Remessa de Mercadorias a Terceiros	20.535	12.827
Cartão de Crédito	386.075	154.548
Cooperativa (Coofab)	87.670	97.983
Total de Receitas	2.514.582	1.850.499

27. CONTINGÊNCIAS

A Fundação é parte em processos nas esferas administrativas ou judiciais sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na opinião dos seus assessores, internos e externos, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é

constituída provisão para perda. Todavia, não houve nenhum processo classificado como provável.



27.1. Outros

A Fundação é parte em outros processos nos quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis.

Processos	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Possível	5.995.808	701.567	5.026.725	11.724.101
Total:	5.995.808	701.567	5.026.725	11.724.101

A Administração da Funarbe por intermédio de seus diretores, gerentes, coordenadores e supervisores acompanharam de maneira efetiva os levantamentos realizados por órgãos fiscalizadores. Durante as verificações, em atendimento às solicitações, foram apresentados documentos, obrigações acessórias e todos os esclarecimentos necessários.

No entendimento da Fundação, com respaldo de escritórios jurídicos contratados para acompanhar os processos, todas as informações e comprovações foram disponibilizadas aos órgãos.

A entidade segue trabalhando no fortalecimento de controles internos e implementando medidas para aprimorar seus procedimentos e estreitar o relacionamento entre conselhos, diretoria, órgãos fiscalizadores e demais partes interessadas.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O patrimônio social, ao final deste mês, correspondeu a R\$ 149.600.932 (R\$ 126.991.863 em 2024). O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da Fundação. Integram o patrimônio líquido: patrimônio social, reservas e resultados acumulados.

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados, seja qual for sua natureza, sob nenhuma justificativa, são distribuídos por se tratar de Fundação sem finalidade lucrativa.



28.2 Reserva para Investimentos

A finalidade da Reserva de Investimento é atender a projetos de investimentos da Fundação, conforme aprovação dos Conselhos de Administração e Fiscal para o exercício de 2025, à luz do Comitê de Pronunciamentos Técnicos CPC 26.

No encerramento deste exercício, a Fundação deliberou pela descontinuidade da reserva, considerando que sua finalidade foi cumprida e que os aportes relacionados ao fundo de investimento em questão passarão a ocorrer de forma pontual, com valores pouco representativos.

28.3 Superávit/Déficit do Exercício

São os resultados acumulados produzidos pela Entidade no desempenho da sua função de administrar projetos, administrar unidades escolares de produção e comercialização.

No exercício de 2025, a Fundação teve superávit de R\$ 22.609.069 e o valor será devidamente incorporado ao patrimônio social em 2026.

A fundação reforça que em nenhuma hipótese os resultados, seja qual for sua natureza, sob nenhuma justificativa, são distribuídos por se tratar de entidade sem finalidade lucrativa.

29. RECEITAS

A Entidade registra em contas específicas as suas receitas auferidas pela gestão de projetos, bem como pela produção e comercialização do excedente dos produtos das unidades Laticínio Escola e Supermercado Escola.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita com Gestão de Projetos	14.750.849	12.056.408
Receita com Venda de Produtos	80.386.122	72.342.812
Receita com Venda de Mercadorias	63.032.722	58.258.375
Total de Receitas	158.169.692	142.657.595

30. DEDUÇÕES E IMPOSTOS

Representa os descontos oferecidos, devoluções e abatimentos de impostos, em especial o ICMS (Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que incidem diretamente sobre o escoamento do excedente de produtos e mercadorias comercializados.

31. CUSTOS

São custos com matérias-primas, no Laticínio Escola, e pelo custo das mercadorias escoadas, no Supermercado Escola.



32. DESPESAS DE PESSOAL

A Fundação apresenta de forma segregada contas contábeis na qual se registra os gastos inerentes aos seus colaboradores e estagiários, que estão alocados nas três unidades.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Salários	13.819.476	13.107.631
Benefícios	3.683.486	3.422.799
Encargos	6.408.057	5.927.797
Treinamentos e Capacitações	670.347	270.129
Férias	2.066.366	2.096.638
Décimo terceiro	1.772.110	1.661.080
Outros Gastos com Pessoal	219.373	144.242
Total	28.639.215	26.630.315

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

São registradas em contas contábeis específicas os gastos necessários para seu funcionamento. Os valores são indispensáveis para o gerenciamento, manutenção e administração da Entidade e das suas atividades de apoio à UFV, com o intuito de atender as finalidades dispostas no seu estatuto.

34. DESPESAS OPERACIONAIS

Neste grupo são registradas as despesas decorrentes de aplicações financeiras, de descontos concedidos, de encargos resultantes de pagamentos em atraso e despesas bancárias inerentes à manutenção e gerenciamento das contas administradas pela Fundação.

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Registram-se as perdas operacionais e as provisões para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, bem como a divisão dos gastos inerentes aos núcleos de apoio às unidades da Fundação, nos quais utilizam os conceitos de Centro de Serviço Compartilhados (CSC) para otimizar os custos e melhorar o atendimento.

36. SUSTENTABILIDADE

Investimentos destinados a ações culturais, sociais e ambientais. Neste grupo são registrados os valores investidos em projetos desenvolvidos pela UFV, comunidade viçosense e ações internas da Fundação.



37. PROGRAMAS DE APOIO À UFV

A Fundação apoia atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Viçosa. Este amparo se manifesta por meio de ações concretas, com a manutenção de valores voltados ao Desenvolvimento Acadêmico da UFV, constituído de um percentual pré-definido aplicado sobre o superávit do período, que posteriormente é destinando a projetos de interesse da universidade.

O recurso constituído será, ao longo do ano de 2026, transferido a projetos de pesquisas de interesse da comunidade universitária, respeitando os critérios estabelecidos pela UFV e Funarbe.

38. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

São registradas neste grupo as receitas decorrentes dos ressarcimentos das despesas operacionais, bonificações e descontos recebidos, aluguéis e venda de bens do imobilizado.

39. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Ocorre nesta conta o registro e a alocação sistemática do valor depreciável (e amortizável) de um ativo ao longo da sua vida útil. É redução do valor dos bens pelo seu desgaste ou perda de utilidade.

40. ALIENAÇÃO DO IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são adquiridos para manter atividades da Fundação em perfeito funcionamento, sendo esperado sua utilização por mais de 12 meses para conseguir os benefícios desejáveis.

Geralmente, quando não há mais expectativa de uso, os bens são doados ou alienados. Apesar de não ser do interesse da Fundação, ela pode ocorrer devido ao alto valor de mercado de bens em desuso.

41. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

A recuperação de crédito é um mecanismo que permite que instituições, tanto públicas quanto privadas, reembolsem valores pagos indevidamente referentes a impostos e contribuições. Na Fundação, esse processo ocorreu por meio da compensação de tributos recolhidos a maior.



A Fundação reouve, em 2024, créditos tributários identificados a partir de trabalho realizado em conjunto com consultoria externa com expertise em recuperações tributárias. Do montante compensado, um percentual foi repassado à consultoria como forma de pagamento pelos serviços prestados, de acordo com o contrato.

42. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Decorrente da dedicação (em horas) dos membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções. O reconhecimento ocorre pelo valor justo da prestação dos serviços, tendo como base os valores praticados por esses profissionais no mercado.

O valor não foi efetivamente pago, tendo sua mensuração realizada apenas para registro contábil. O cálculo teve como base o tempo médio de dedicação dos conselheiros.

43. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras da Fundação. Sua apropriação ocorre levando-se em consideração o regime de competência.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receita com Aplicações Financeiras	10.506.602	7.582.162
Total:	10.506.602	7.582.162

44. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Cumprindo os dispostos da Resolução CFC nº 1409/2012 e da ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, a Funarbe realiza estudos acerca das imunidades usufruídas e apresentará, ao final do exercício, baseando-se no período corrente, o cálculo estimado dos tributos (como se devido fosse) tendo como base a forma de tributação do Lucro Real para fins do IRPJ e CSLL. Para a apresentação do PIS e COFINS, foi utilizado a metodologia do Regime de Não Cumulatividade.

No cálculo, a Fundação considerou a alíquota de 15% a título de Imposto de Renda (IR), 10% de adicional de IR e 9% relativo a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Período	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	Total
Anual	1.471.902	2.125.514	5.892.204	9.489.620
Total:	1.471.902	2.125.514	5.892.204	9.489.620

A Fundação é uma entidade imune ao recolhimento de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins na forma da legislação aplicável.



45. GERENCIAMENTO DE RISCOS

45.1 Taxas de juros: Em razão da natureza das suas transações de caixa, a Fundação não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações financeiras.

45.2 Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

45.3 Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

46. SEGUROS CONTRATADOS

A Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. A Fundação possui as seguintes apólices de seguros vigentes:

46.1 Apólice de seguro de Vida em Grupo, Plano Funcionários, tipo de capital uniforme, contratado junto à Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A;

46.2 Apólice de seguro predial (Unidade Supermercado Escola), contratado junto à Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais;

46.3 Apólice de seguro predial (Unidade Administração de Projetos e Centro de Serviços Compartilhados), contratado junto à Allianz.

46.4 Apólice de seguro predial (Unidade Laticínio Escola), contratado junto à Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais;

46.5 Apólices de seguro total da frota de veículos automotores (Unidade de Projetos), contratado junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

46.6 Apólices de seguro total da frota de veículos automotores (Supermercado Escola), contratado junto à Allianz Seguros S.A.

46.7 Apólices de seguro total da frota de veículos automotores (Laticínio Escola), contratado junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

47. EVENTOS FUTUROS

A Funarbe avaliou os eventos ocorridos após 31/12/2025 e não foram observadas situações posteriores ao fechamento das demonstrações que possam impactar a fidedignidade das informações contidas neste demonstrativo.

Esta página é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes, CNPJ 20.320.503/0001-51, datado em 31 de dezembro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

Adriano Nunes Nesi (Presidente)
Alan Ferreira de Freitas
Cristina Mattos Velloso
Rubens Alves de Oliveira
Luiza Carla Vidigal Castro

SUPLENTE

Ana Lídia Coutinho Galvão
Jader Fernandes Cirino
Taciano Oliveira da Silva
Hewlly Maria Acioli Imbuzeiro

MEMBRO EXTERNO (REPRESENTANTE DO INPA)

José Francisco de Carvalho Gonçalves

MEMBRO REPRESENTANTE DO CONSELHO TÉCNICO DA UFV

Denise Mara Soares Bazzoli

RODRIGO
GAVA:644357
68615

Assinado de forma
digital por RODRIGO
GAVA:64435768615
Dados: 2026.03.16
18:18:06 -03'00'

Rodrigo Gava
Diretor-Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

OLINTO LIPARINI
PEREIRA:92402542691

Assinado de forma digital por
OLINTO LIPARINI
PEREIRA:92402542691
Dados: 2026.03.13 14:27:51 -03'00'

Olinto Liparini Pereira
Diretor de Ciência, Tecnologia e
Inovação



Documento assinado digitalmente
JOSE CRUZ REIS NETO
Data: 17/03/2026 17:07:34 -0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jose Cruz Reis Neto
Superintendente Executivo

MARCELO DA SILVA
DE PAULA:06440945670
Marcelo da Silva de Paula
Coordenador Contábil e Financeiro
CRC-MG 099211/O



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2025

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Cooperados da
Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE
Viçosa/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de superavit e déficits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante o exercício sob auditoria.

Belo Horizonte, 03 de março de 2026

CASTRO, SERRA, NIRDO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/MG 0190

JULIANO RIBEIRO Assinado de forma digital por
ZAULI:02598851 JULIANO RIBEIRO
692 ZAULI:02598851692
Dados: 2026.03.03 09:09:26
-03'00'

Juliano Ribeiro Zauli
Contador CRC/MG 77.421

JUAN RODRIGUES 2026.03.03
DE ARAUJO 16:01:59
GOMES:135617566 -03'00'
03
Juan Rodrigues de Araujo Gomes
Contador CRC/MG 123.887

DECLARAÇÃO DE CÁLCULO DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Razão Social: Fundação Arthur Bernardes

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Ano de Referência: 2025

A Fundação Arthur Bernardes DECLARA para os devidos fins que as informações contidas neste documento foram extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprova a boa situação financeira e econômica da instituição.

Ativo Circulante = R\$ 893.809.644

Realizável a Longo Prazo = R\$ 3.814.729

Passivo Circulante = R\$ 800.595.858

Passivo Não Circulante = R\$ 0,00

Ativo Total = R\$ 950.196.790

1) Liquidez Geral

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \frac{R\$ 893.809.644 + R\$ 3.814.729}{R\$ 800.595.858 + R\$ 0} = 1,12$$

2) Solvência Geral

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \frac{R\$ 950.196.790}{R\$ 800.595.858 + R\$ 0} = 1,19$$

3) Liquidez Corrente

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{R\$ 893.809.644}{R\$ 800.595.858} = 1,12$$

MARCELO DA
SILVA DE
PAULA:06440945670
Marcelo da Silva de Paula
Coordenador Contábil e Financeiro
CRC-MG 099211/O

Assinado digitalmente por MARCELO DA SILVA DE
PAULA:06440945670
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=20323655000108, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF-A3, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=MARCELO DA SILVA DE PAULA:06440945670
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.04.01 11:18:52-03'00'
Certificado: 06440945670



Demonstrações Contábeis 2024

Em 31 de dezembro de 2024
e
Parecer de auditoria independente



BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Valores em reais)

ATIVO

ATIVO	Notas explicativas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	(4)		
Caixa e bancos		1.104.801	1.042.811
Aplicações financeiras		91.529.680	80.946.296
		92.634.480	81.989.106
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	(4)		
Aplicações financeiras projetos		649.529.413	465.142.792
		649.529.413	465.142.792
Total de Caixa e Equivalente de Caixa		742.163.893	547.131.899
Créditos e estoques (sem restrição)			
Clientes	(5)	13.838.789	11.733.311
Outros créditos a receber	(6)	29.527	43.605
PCLD - Liquidação Dividosa	(5)	(890.663)	(481.346)
Adiantamentos	(7)	339.792	391.457
Adiantamentos para projetos	(8)	453.267	529.447
Créditos tributários	(9)	160.502	287.580
Despesas antecipadas	(10)	86.026	34.237
Estoques	(11)	9.681.140	11.111.252
		23.698.380	23.649.543
Total do ativo circulante		765.862.273	570.781.442
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo (sem restrição)			
Créditos tributários	(9)	69.291	116.490
Depósitos Judiciais	(12)	754.343	515.356
Imóveis	(13)	95.447	95.447
Fundo de investimentos	(14)	2.607.605	2.085.000
		3.526.687	2.812.292
Imobilizado	(15)		
Bens móveis (sem restrição)		14.328.533	12.312.250
Depreciação acumulada (sem restrição)		(7.894.758)	(6.740.447)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros (sem restrição)		44.523.942	39.611.206
Amortização acumulada (sem restrição)		(5.299.358)	(4.605.610)
		45.658.359	40.577.400
Intangível (sem restrição)	(15.1)		
Direito de uso de software		76.900	76.900
Amortização acumulada		(67.327)	(53.724)
		9.573	23.176
Total do ativo não circulante		49.194.619	43.412.868
Total do ativo		815.056.892	614.194.309

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM

(Valores em reais)

PASSIVO

PASSIVO	Notas explicativas	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Fornecedores (sem restrição)	(17)	8.478.372	6.970.990
Créditos Convênios (Com restrição)	(18)	339.397	2.369.131
Obrigações tributárias e previdenciárias (sem restrição)	(19)	1.641.706	1.624.579
Salários e obrigações (sem restrição)	(20)	915.300	899.011
Férias e décimo terceiro (sem restrição)	(21)	2.457.616	2.192.388
Contratos a executar (sem restrição)	(22)	20.639.124	18.698.332
Convênios a executar (com restrição)	(22)	649.529.413	465.044.287
Glosas de prestação de contas (sem restrição)	(23)	500.000	500.000
Apoio ao desenvolvimento acadêmico (sem restrição)	(24)	1.667.832	1.815.941
Comissões a representantes comerciais (sem restrição)	(25)	45.770	64.024
Demais obrigações (sem restrição)	(26)	1.850.499	1.692.650
Total do passivo circulante		688.065.029	501.871.333
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo (sem restrição)		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(28)		
Patrimônio social	(28.1)	111.930.582	99.235.627
Reservas para investimentos	(28.2)	392.395	915.000
Superávit do exercício	(28.3)	14.668.887	12.172.350
Total do patrimônio social líquido		126.991.863	112.322.976
Total do passivo e patrimônio líquido		815.056.892	614.194.309

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

(Valores em reais)

	Notas explicativas	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS		142.657.595	124.861.953
Receita bruta com gestão de projetos (sem restrição)	(29)	12.056.408	9.445.682
Receita bruta de venda de produtos (sem restrição)	(29)	72.342.812	61.665.507
Receita bruta de venda de mercadorias (sem restrição)	(29)	58.258.375	53.750.764
Deduções da receita (sem restrição)	(30)	(9.585.682)	(11.407.479)
RECEITA LÍQUIDA		133.071.913	113.454.475
Custo dos produtos vendidos (sem restrição)	(31)	(40.894.271)	(32.708.790)
Custo das mercadorias vendidas (sem restrição)	(31)	(44.180.513)	(40.256.750)
SUPERÁVIT BRUTO		47.997.129	40.488.935
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (SEM RESTRIÇÃO)			
Despesas e Custos de pessoal	(32)	(26.630.315)	(23.683.997)
Despesas administrativas	(33)	(7.202.663)	(7.874.704)
Despesas operacionais	(34)	(2.517.144)	(1.931.887)
Outras despesas operacionais	(35)	(4.153.510)	(2.850.814)
Sustentabilidade	(36)	(227.217)	(165.251)
Programas de Apoio à UFV	(37)	(1.634.759)	(1.409.036)
Outras receitas operacionais	(38)	1.930.897	3.534.793
Depreciações e amortizações	(39)	(2.038.409)	(1.742.366)
Alienação do Permanente	(40)	149.600	241.193
Compensação de Tributos e Contribuições	(41)	1.413.117	-
Receita com trabalho voluntário	(42)	66.070	62.331
Despesa com trabalho voluntário	(42)	(66.070)	(62.331)
		-	-
Receitas vinculadas à execução de projetos (com restrição)	(22)	347.898.700	195.123.801
Despesas vinculadas à execução de projetos (com restrição)	(22)	(347.898.700)	(195.123.801)
		-	-
		(40.910.404)	(35.882.070)
SUPERÁVIT ANTES DAS OP. FINANCEIRAS		7.086.725	4.606.866
Aplicações financeiras (sem restrição)	(43)	7.582.162	7.565.484
SUPERA VIT DO EXERCÍCIO		14.668.887	12.172.350

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM
(Valores em reais)

Composição	Patrimônio Social	Reserva p/ investimentos	Superávit (Deficit)	Total
Saldo em 31.12.2022	87.263.754	1.500.000	11.386.874	100.150.627
Incorporação ao patrimônio	11.386.874	-	(11.386.874)	-
Realização reservas de investimentos	585.000	(585.000)	-	-
Superávit do exercício	-	-	12.172.350	12.172.350
Saldo em 31.12.2023	99.235.627	915.000	12.172.350	112.322.976
Incorporação ao patrimônio	12.172.350	-	(12.172.350)	-
Realização reservas de investimentos	522.605	(522.605)	-	-
Superávit do exercício	-	-	14.668.887	14.668.887
Saldo em 31.12.2024	111.930.582	392.395	14.668.887	126.991.863

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) MÉTODO INDIRETO EM
(Valores em reais)

	31.12.2024	31.12.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO	14.668.887	12.172.350
Crédito liquidação duvidosa	409.317	16.561
Depreciação e Amortização	1.848.059	1.749.599
Amortização de Intangível	13.603	15.705
Baixas do Ativo Permanente	824.992	427.974
Reclassificação de Ativo	-	(445.046)
Subtotal	17.764.857	13.937.143
REDUÇÃO (AUMENTO) ATIVOS OPERACIONAIS	(649.943)	(6.233.826)
Contas a Receber	(2.091.400)	(3.498.489)
Estoques	1.430.112	(2.755.471)
Adiantamentos	51.664	784.097
Antecipação a Convênios	76.180	(257.537)
Depósitos Judiciais	(238.987)	(515.356)
Outros Ativos Circulantes	75.290	(35.871)
Impostos a Recuperar LP	47.198	44.800
REDUÇÃO (AUMENTO) PASSIVOS OPERACIONAIS	(571.601)	4.579.306
Fornecedores	1.507.382	475.481
Salários e Gratificações	16.289	159.549
Obrigações Tributárias e Previdenciárias	17.127	370.042
Provisões	839.123	733.072
Outras Obrigações	(2.951.522)	2.841.162
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	16.543.314	12.282.624
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Fundos e Investimentos	(522.605)	(585.000)
Adições ao Imobilizado	(7.754.010)	(8.471.774)
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8.276.616)	(9.056.775)
ATIVIDADES DE GESTÃO DE CONVÊNIOS		
Gestão de Contratos e Parcerias	1.940.793	2.953.216
Gestão de Convênios e Projetos	184.824.503	50.575.942
CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	186.765.296	53.529.159
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	195.031.994	56.755.008
Caixa e Equivalente de Caixa (Encerramento)	742.163.893	547.131.899
Caixa e Equivalente de Caixa (Abertura)	547.131.899	490.376.890
CAIXA CONSUMIDO/APLICADO NO PERÍODO	195.031.994	56.755.008

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM

(Valores em reais)

	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS	143.402.459	124.397.668
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	142.107.500	124.596.590
Outras receitas	2.047.447	418.238
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(752.488)	(617.160)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	99.213.865	84.676.844
Matérias-primas consumidas	33.213.345	27.002.991
Custos das mercadorias e serviços	43.432.989	39.667.048
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	20.388.887	17.179.061
Perdas/recuperação de valores ativos	2.178.644	827.744
VALOR ADICIONADO BRUTO	44.188.595	39.720.825
RETENÇÕES	2.038.409	1.742.366
Depreciação e amortização	2.038.409	1.742.366
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	42.150.185	37.978.458
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	7.582.162	7.565.484
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	49.732.347	45.543.942
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	49.732.347	45.543.942
Pessoal e encargos	26.642.109	22.705.349
Impostos, taxas e contribuições	8.421.351	10.666.243
Superávit do exercício	14.668.887	12.172.350

As nota explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

(Valores em reais)

1. CONTEXTO FUNDACIONAL

A Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), como as demais fundações de apoio criadas no âmbito das Instituições de Ensino Superior, está regularmente credenciada pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura, cuja atividade está regulamentada pela Lei nº 8.958/94 e pelo Decreto nº 7.423/2010. A Fundação tem sua atividade enquadrada no terceiro setor e foi instituída pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), de forma pública, em cartório apropriado, como Fundação de direito privado sem fins lucrativos, com os objetivos de cunho educacional e de desenvolvimento social, econômico, cultural, científico, tecnológico e ambiental. Ocupa-se da gestão de recursos oriundos de contratos, convênios e prestação de serviços de consultoria para viabilizar o melhor desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão da UFV e de instituições afins; além da atuação nas atividades sociais da UFV por meio da administração do Supermercado Escola e escoando o excedente da produção do Laticínio Escola com os produtos da marca "Viçosa".

A Funarbe é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, localizada na cidade de Viçosa, Minas Gerais, no Edifício Sede, S/N, bairro *Campus Universitário* da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

No cumprimento de suas finalidades estatutárias, a Fundação poderá firmar contratos, convênios, acordos, termos de parceria e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras.

São órgãos da Administração da Fundação Arthur Bernardes:

- I) Conselho Curador
- II) Conselho Fiscal
- III) Diretoria Executiva
- IV) Superintendência

Os integrantes dos Conselhos e membros da Diretoria Executiva não recebem qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, sob nenhuma forma.

O superávit gerado pela Fundação, seja qual for sua natureza, independente da fonte, será aplicado integralmente na manutenção de seus objetivos institucionais, vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, de suas rendas e de eventuais saldos, a qualquer título.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das Demonstrações Contábeis adotou-se às práticas de contabilidade aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis das entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, tomou como base de referência as orientações advindas da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002 (R1) – Entidades sem Fins De Lucros, aprovada pela Resolução CFC N° 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- I) Perda Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (nota explicativa 3.3);
- II) Vida útil dos bens do Ativo Imobilizado (nota explicativa 3.8);
- III) Provisões e Contingências (nota explicativa 3.12).

2.5. Aprovação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações contábeis do ano de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.6. Critérios Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.7. Demonstração de Resultados Abrangentes

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

3.1. Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original por meio do resultado que se equipara ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento do exercício. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados aos serviços ou vendas de produtos e mercadorias, inclusive no cartão de crédito. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado na data da transação com base numa taxa de juros que reflita o prazo e as condições de mercado da época. A Fundação não registra o ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes em virtude de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias:

- I) Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- II) Empréstimos e recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data do vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais, menos eventual perda por valor recuperável, quando aplicável. No caso da Fundação compreendem as aplicações financeiras.

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber.

3.4.4. Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (impairment). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para seus ativos.

3.4.5. Passivos financeiros

São classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, sem o ICMS, dentro do que é mencionado no item 9 da NBC TG 16 e são compostos por mercadorias para revenda, por produtos acabados, por insumos a serem utilizados no processo produtivo, fretes e outros custos/despesas.

3.6. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

3.7. Propriedades para Investimentos

Propriedades (salas comerciais) mantidas pela Fundação para auferir aluguel, para valorização do capital ou para ambas. Estão classificadas no subgrupo Investimentos, dentro do Ativo Não Circulante, podendo ser mensurado após o reconhecimento inicial pelo Método do Custo ou pelo Método do Valor Justo, conforme NBC TG 28 (R4). Poderiam sofrer atualizações constantes, porém como o indexador é a Taxa Referencial (TR), o impacto seria irrelevante.

3.8. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. Abrange, também, os custos de benfeitorias realizadas em bens de terceiros. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 16 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Depois do reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos. A Fundação, em cada data de fechamento das demonstrações financeiras, verifica a existência de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu intangível.

3.10. Recursos de Projetos

As entradas dos recursos destinados à execução dos projetos são registradas em contas específicas do ativo, passivo e de resultado, as saídas são registradas em contas individuais de despesas, não existindo qualquer variação de valores no resultado da demonstração do superávit/déficit da Fundação.

3.11. Férias e Décimo Terceiro

São passivos derivados de apropriações por competência. Em obediência às normas contábeis e por questões de planejamento financeiro, a Fundação apropria recursos mensalmente para fins de liquidação de despesas futuras.

3.12. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de processos judiciais e administrativos, sendo que provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Fundação. As provisões são atualizadas periodicamente.

3.13. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

3.14. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.

3.15. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência). No caso dos projetos, para atendimento ao regime de competência, as receitas são apropriadas na mesma proporção da execução financeira dos projetos.

3.16. Políticas Contábeis e mudança de estimativa

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Fundação adota contabilização e apresentação de forma segregada de contas decorrentes de recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos, tanto para contas patrimoniais quanto de resultados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São basicamente aplicações financeiras de curto e médio prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.

As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e Banco	1.104.801	1.042.811
Caixa	47.457	67.600
Banco com Movimentos	1.057.344	975.210
Aplicações Financeiras	91.529.680	80.946.296
Banco do Brasil	11.556.702	30.749.640
Caixa Econômica Federal	1.239.257	1.471.324
UFV – Credi	1.509.579	3.743.569
BTG Pactual S.A.	31.947.754	33.670.205
XP Investimentos S.A.	14.056.200	11.272.661
SICOOB	87.409	38.896
Santander S.A	10.493.654	-
Banco do Brasil-Aplicação Projetos	20.639.124	-
Contas Vinculadas	649.529.413	465.142.792
Aplicações Financeiras de Convênios	649.529.413	465.142.792
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	742.163.893	547.131.899



5. CLIENTES

Os valores a receber estão representados basicamente pela venda de produtos do Laticínio e pela venda a prazo no Supermercado Escola, para os funcionários da Universidade Federal de Viçosa-UFV e da Fundação Arthur Bernardes - Funarbe.

A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada mensalmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Supermercado Escola	9.280.522	7.229.608
Clientes a Receber	9.550.683	7.477.020
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(270.161)	(247.412)
Laticínio Escola	3.667.605	3.855.157
Clientes a Receber	4.288.106	4.089.090
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(620.502)	(233.934)
Unidade de Projetos	-	167.200
Clientes a Receber	-	167.200
Perdas Estimadas p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-
Total de Clientes a Receber	12.948.126	11.251.965

As contas a receber de clientes são apresentadas no resultado como perdas estimada de difícil liquidação representando, em 2024, o montante acumulado de 890.663 (481.346 em 2023).

6. OUTROS CRÉDITOS

São devoluções, pelo banco sacado, de cheque recebido em pagamento (de duplicata, de venda à vista ou de qualquer outra transação), não cabendo estorno do lançamento original que registrou o pagamento, uma vez que a transação em si não foi desfeita.

7. ADIANTAMENTOS

São valores adiantados a colaboradores que viajem a serviço da instituição e adiantamentos para suprimentos de fundos (pequenas despesas).

8. ADIANTAMENTOS A PROJETOS

A Fundação registra os adiantamentos concedidos a projetos a fim de acobertar gastos necessários à execução da pesquisa, sem que haja prejuízos aos pesquisadores, financiadores e gestora.

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A legislação mineira de ICMS permite que haja compensação do imposto, isto é, garante ao sujeito passivo ou àquele que recebe as mercadorias ou produtos o direito de se creditar do imposto que foi anteriormente cobrado em operações envolvendo a entrada de mercadorias.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

São despesas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Plano de Saúde	788	-
Seguros dos Dirigentes	-	13.530
Seguros de Veículos	70.802	7.557
Seguro Prédial	9.542	6.262
Vale Transporte	4.895	6.889
Total:	86.026	34.237

11. ESTOQUE

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção e, quando aplicável, reduzido por provisão para cobrir eventuais perdas.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Mercadorias	4.851.945	4.744.241
Produtos	1.422.633	2.903.656
Matérias-primas e Embalagens	2.781.097	2.874.446
Consumo Interno	522.799	550.303
Estoque de Terceiros	102.665	38.605
Total de Estoques	9.681.140	11.111.252

12. DEPÓSITO PARA RECURSO JUDICIAL

O depósito judicial existente está vinculado ao processo na vara cível da comarca de Viçosa, Minas Gerais, ação de reconhecimento de indébita não-tributário, em desfavor da Funarbe. Foi realizado para prosseguimento da ação e fazer face ao pagamento. O depósito do valor em juízo ocorre por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

13. IMÓVEIS

A Fundação registra nesta conta o valor das salas comerciais de sua propriedade, localizadas no centro da cidade de Viçosa. Os imóveis não sofreram, desde sua aquisição, nenhum ajuste do seu valor patrimonial para o preço de mercado.

14. FUNDO DE INVESTIMENTOS

Fundo formado pela união de várias fundações e empresas. A FUNDEPAR Investimentos, na condição de gestora do SEED4SCIENCE, seleciona e investe capital somente em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento. O Fundo então se torna sócio da empresa investida, apoiando sua estruturação e crescimento.

15. IMOBILIZADO

É registrado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções.

A Funarbe reavaliou seus ativos imobilizados, mas permanecendo com adoção das taxas fiscais para fins de depreciação, com exceção das taxas aplicadas as benfeitorias em imóveis de terceiros, no qual a Fundação optou por padronizar a amortização conforme relatório de apresentado por consultoria especializada.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa 1700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens. A sua configuração é a seguinte:





Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em reais).

			31.12.2023			31.12.2024
	Taxa %	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação e Amortização	Valor Residual Líquido
Máquinas e Equipamentos						
Administração de Projetos	10%	414.498	344.601	(62.569)	(71.287)	625.244
Laticínio Escola	10%	2.164.414	892.558	(81.708)	(590.183)	2.385.081
Supermercado Escola	10%	819.616	108.662	(33.375)	(122.329)	772.574
Móveis e Utensílios						
Administração de Projetos	10%	347.233	100.448	(127.194)	10.012	330.499
Laticínio Escola	10%	130.217	103.435	(30.932)	(26.586)	176.134
Supermercado Escola	10%	363.847	171.859	(43.805)	(52.368)	439.533
Veículos						
Administração de Projetos	20%	509.474	191.550	(178.200)	(92.469)	430.355
Laticínio Escola	20%	169.137	487.900	-	(123.076)	533.962
Supermercado Escola	20%	361.634	-	(112.076)	13.770	263.327
Tecnologia (TI)						
Administração de Projetos	20%	197.341	243.060	(113.282)	(62.775)	264.344
Laticínio Escola	20%	34.771	92.274	(22.425)	(5.689)	98.932
Supermercado Escola	20%	59.620	90.137	(4.636)	(31.330)	113.790
Benfeitorias (Imóveis)						
Administração de Projetos	1,7%	6.992.491	2.948.923	(14.790)	(141.699)	9.784.924
Laticínio Escola	1,7%	17.878.724	1.523.907	-	(341.082)	19.061.548
Supermercado Escola	1,7%	10.134.382	454.696	-	(210.966)	10.378.111
Total Ativo Permanente		40.577.400	7.754.010	(824.992)	(1.848.059)	45.658.359
Intangível						
Administração de Projetos	20%	8.705	-	-	(3.333)	5.373
Laticínio Escola	20%	326	-	-	(326)	0
Supermercado Escola	20%	14.144	-	-	(9.944)	4.200
Total Intangível		23.176	-	-	(13.603)	9.573
Total Imobilizado		40.600.575	7.754.010	(824.992)	(1.861.662)	45.667.932

15.1 INTANGÍVEL

A Fundação mantém escriturado no intangível os direitos de utilização de *softwares*. São ativos sem existência física.

	31.12.2023		31.12.2024
	Taxa %	Valor Contábil Líquido	Valor Residual Líquido
Intangível			
Administração de Projetos	20%	8.705	(3.333)
Laticínio Escola	20%	326	(326)
Supermercado Escola	20%	14.144	(9.944)
Total Intangível		23.176	(13.603)
			9.573

16. AVALIAÇÃO DE ATIVOS E TESTE DE RECUPERABILIDADE (IMPAIRMENT)

Em atendimento às normas contábeis, em especial o CPC 27, e por sugestão da empresa de auditoria, a Fundação realizou em 2024 estudos acerca dos seus ativos com o objetivo adequar o valor dos bens a realidade de mercado e ajustar sua vida útil.

A revisão e análise da vida útil dos bens das unidades da Fundação foi realizada com vistas a uma eventual adequação das taxas a serem aplicadas nos bens inseridos no ativo imobilizado da Fundação.

O levantamento contemplou também o teste de recuperabilidade dos ativos (Impairment). Foi verificado se os ativos estão desvalorizados, ou seja, se o valor contábil excede o valor recuperável.

A conclusão do trabalho resultou em um laudo para a adequação do patrimônio da Fundação às normas internacionais de contabilidade e atender orientações da empresa de auditoria, cuja implementação ocorreu ainda no exercício de 2024.

Apesar de ter realizado a reavaliação de seus bens, a Fundação optou por manter as taxas fiscais da Receita Federal tendo em vista não ter encontrado diferenças significativas que justificasse a alteração e por entender que o valor de seus itens está dentro de uma realidade de mercado.

17. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

18. CRÉDITOS A CONVÊNIOS

São valores a identificar de projetos de pesquisas. Com a mudança no processo de contabilização a partir da migração para o novo sistema.

19. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

A Fundação mantém registrado em contas próprias as suas obrigações. Esta rubrica representa a retenção de impostos e contribuições de terceiros sobre os pagamentos realizados, a serem posteriormente recolhidos.

20. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES

A Fundação apresenta de forma segregada as suas contas contábeis em que se registra as despesas inerentes aos colaboradores alocados nas três unidades da Funarbe, bem como eventuais contratações realizadas para atender projetos de pesquisa.

21. FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO

São estimativas de gastos com o período aquisitivo dos colaboradores. Trata-se de débito mensal para custear direitos adquiridos, incluindo pagamento de encargos.

É realizada em obediência ao princípio da competência contábil. A baixa, ou seja, seu desembolso, ocorre no decorrer do ano.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Férias	2.457.616	2.192.388
Décimo Terceiro	-	-
Total:	2.457.616	2.192.388

22. SERVIÇOS E CONVÊNIOS A EXECUTAR E GESTÃO DE CONVÊNIOS E PROJETOS

Refere-se a valores de convênios e contratos que a Fundação administra. Os valores relativos aos convênios conjugam exatamente com os valores constantes no Ativo, na conta Aplicação Financeira de Convênios. Esses valores são aplicados em fundos de investimentos e os seus rendimentos são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio, em contas do Passivo.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Contratos	20.639.124	18.698.332
Convênios	649.529.413	465.044.287
Total de Convênios e Contratos	670.168.537	483.742.619

A Administração da Fundação, apesar de entender que a Funarbe está adequada quanto aos normativos contábeis, realizou ações acerca das possíveis movimentações dos recursos de convênios e contratos em contas de resultado, conforme dispõe a ITG 2002. O intuito é demonstrar de forma segregada nas demonstrações contábeis, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita com Execução de Contratos e Convênios	347.898.700	195.123.801
Despesas com Execução de Contratos e Convênios	(347.898.700)	(195.123.801)
Total de Convênios e Contratos	-	-

23. GLOSAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Fundação toma conhecimento das possíveis glosas após o recebimento dos ofícios de diligências. Esses ofícios são emitidos pelas financiadoras após a análise da prestação de contas técnico-financeira.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Glosas de Prestação de Contas	500.000	500.000
Total:	500.000	500.000

As glosas podem ocorrer devido a mudança de legislação ou no entendimento de procedimentos da financiadora, referente ao período de execução do projeto.

O valor da Provisão de Glosas de Prestação de Contas é controlado no Passivo Circulante, conforme tratamento dado pelos órgãos fiscalizadores. A saldo mantido na conta de provisão está em conformidade com a política de Provisão para Glosas de Prestação de Contas da Fundação.

24. APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO

A Fundação apoia atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Viçosa. Este amparo se manifesta por meio de ações concretas, com a manutenção da provisão de Desenvolvimento Acadêmico, constituído de um percentual pré-definido aplicado sobre o superávit do período, destinando o recurso a projetos de interesse da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico	1.667.832	1.815.941
Total:	1.667.832	1.815.941

O recurso será, ao longo do ano de 2025, transferido aos projetos de pesquisas de interesse da comunidade universitária, respeitando os critérios estabelecidos pela UFV e Funarbe.

25. COMISSÕES A REPRESENTANTES

Na Fundação, entende-se por representação comercial a relação por meio da qual uma pessoa física ou jurídica desempenha, sem relação de emprego e em caráter não eventual, a intermediação e o escoamento do excedente de produção do Laticínio Escola.

A remuneração do representante comercial se dá por meio do pagamento de comissões, que, conforme disposição legal, são calculadas com base em percentuais dispostos no contrato de representação, tendo como base de cálculo o valor das mercadorias cujo escoamento tenha sido intermediado pelo representante.

26. DEMAIS OBRIGAÇÕES DO PASSIVO CIRCULANTE

Referem-se aos valores provisionados para fins de avaliação dos colaboradores, depósitos não identificados, livros e mercadorias da Grife UFV e outros credores.

27. CONTINGÊNCIAS

A Fundação é parte em processos nas esferas administrativas ou judiciais sobre questões tributárias, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. Com base na opinião dos seus assessores, internos e externos, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável, é constituída provisão para perda. Todavia, não houve nenhum processo classificado como provável.

27.1. Outros

A Fundação é parte em outros processos nos quais a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas como possíveis.

<u>Processos</u>	<u>Cível</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Tributário</u>	<u>Total</u>
Possível	6.923.929	175.741	5.182.424	12.282.095
Total:	6.923.929	175.741	5.182.424	12.282.095

A Administração da Funarbe por intermédio de seus diretores, gerentes, coordenadores e supervisores acompanharam de maneira efetiva os levantamentos realizados por órgãos fiscalizadores. Durante as verificações, em atendimento às solicitações, foram apresentados documentos, obrigações acessórias e todos os esclarecimentos necessários.

No entendimento da Fundação, com respaldo de escritórios jurídicos contratados para acompanhar os processos, todas as informações e comprovações foram disponibilizadas aos órgãos.

Em novembro de 2024, a Fundação obteve decisão favorável transitada em julgado de dois dos processos tributários relacionados a impostos federais.

A entidade segue trabalhando no fortalecimento de controles internos e implementando medidas para aprimorar seus procedimentos e estreitar o relacionamento entre conselhos, diretoria, órgãos fiscalizadores e demais partes interessadas.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O patrimônio social, ao final deste mês, correspondeu a R\$ 126.991.863 (R\$ 112.322.976 em 2023). O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da Fundação. Integram o patrimônio líquido: patrimônio social, reservas e resultados acumulados.

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados, seja qual for sua natureza, sob nenhuma justificativa, são distribuídos por se tratar de Fundação sem finalidade lucrativa.

28.2 Reserva para Investimentos

A finalidade da Reserva de Investimento no valor R\$ 392.395 é atender a projetos de investimentos da Fundação, aprovada pelos Conselhos de Administração e Fiscal para o exercício de 2024, à luz do Comitê de Pronunciamentos Técnicos CPC 26.

As Demonstrações Contábeis incluem os saldos das contas do Programa de Investimentos em execução pela Fundação.

28.3 Superávit/Déficit do Exercício

São os resultados acumulados produzidos pela Entidade no desempenho da sua função de administrar projetos, administrar unidades escolares de produção e comercialização.

No exercício de 2024, a Fundação teve superávit de R\$ 14.668.887 e o valor será devidamente incorporado ao patrimônio social em 2025.

A fundação reforça que em nenhuma hipótese os resultados, seja qual for sua natureza, sob nenhuma justificativa, são distribuídos por se tratar de entidade sem finalidade lucrativa.

29. RECEITAS

A Entidade registra em contas específicas as suas receitas auferidas pela gestão de projetos, bem como pela produção e comercialização do excedente dos produtos das unidades Laticínio Escola e Supermercado Escola.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Receita com Gestão de Projetos	12.056.408	9.445.682
Receita com Venda de Produtos	72.342.812	61.665.507
Receita com Venda de Mercadorias	58.258.375	53.750.764
Total de Receitas	142.657.595	124.861.953

30. DEDUÇÕES E IMPOSTOS

Representa os descontos oferecidos, devoluções e abatimentos de impostos, em especial o ICMS (Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que incidem diretamente sobre o escoamento do excedente de produtos e mercadorias comercializados.

31. CUSTOS

São custos com matérias-primas, no Laticínio Escola, e pelo custo das mercadorias escoadas, no Supermercado Escola.

32. DESPESAS DE PESSOAL



A Fundação apresenta de forma segregada contas contábeis na qual se registra os gastos inerentes aos seus colaboradores e estagiários, que estão alocados nas três unidades.

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Salários	13.107.631	10.437.676
Benefícios	3.422.799	2.806.226
Encargos	5.927.797	5.400.671
Treinamentos e Capacitações	270.129	198.284
Férias	2.096.638	2.368.620
Décimo terceiro	1.661.080	1.264.567
Outros Gastos com Pessoal	144.242	1.207.953
Total de Receitas	26.630.315	23.683.997

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

São registradas em contas contábeis específicas os gastos necessários para seu funcionamento. Os valores são indispensáveis para o gerenciamento, manutenção e administração da Entidade e das suas atividades de apoio à UFV, com o intuito de atender as finalidades dispostas no seu estatuto.

34. DESPESAS OPERACIONAIS

Neste grupo são registradas as despesas decorrentes de aplicações financeiras, de descontos concedidos, de encargos resultantes de pagamentos em atraso e despesas bancárias inerentes à manutenção e gerenciamento das contas administradas pela Fundação.

35. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Registram-se as perdas operacionais e as provisões para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, bem como a divisão dos gastos inerentes aos núcleos de apoio às unidades da Fundação, nos quais utilizam os conceitos de Centro de Serviço Compartilhados (CSC) para otimizar os custos e melhorar o atendimento.

36. SUSTENTABILIDADE

Investimentos destinados a ações culturais, sociais e ambientais. Neste grupo são registrados os valores investidos em projetos desenvolvidos pela UFV, comunidade viçosense e ações internas da Fundação.

37. PROGRAMAS DE APOIO À UFV

A Fundação apoia atividades de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade Federal de Viçosa. Este amparo se manifesta por meio de ações concretas, com a manutenção de valores voltados ao Desenvolvimento Acadêmico da UFV, constituído de um percentual pré-definido aplicado sobre o superávit do período, que posteriormente é destinando a projetos de interesse da universidade.

O recurso constituído será, ao longo do ano de 2025, transferido a projetos de pesquisas de interesse da comunidade universitária, respeitando os critérios estabelecidos pela UFV e Funarbe.

38. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

São registradas neste grupo as receitas decorrentes dos ressarcimentos das despesas operacionais, bonificações e descontos recebidos, aluguéis e venda de bens do imobilizado.

39. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Ocorre nesta conta o registro e a alocação sistemática do valor depreciable (e amortizável) de um ativo ao longo da sua vida útil. É redução do valor dos bens pelo seu desgaste ou perda de utilidade.

40. ALIENAÇÃO DO IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados são adquiridos para manter atividades da Fundação em perfeito funcionamento, sendo esperado sua utilização por mais de 12 meses para conseguir os benefícios desejáveis.

Geralmente, quando não há mais expectativa de uso, os bens são doados ou alienados. Apesar de não ser do interesse da Fundação, ela pode ocorrer devido ao alto valor de mercado de bens em desuso.

41. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

A recuperação de crédito é um mecanismo que permite que instituições, tanto públicas quanto privadas, reembolsem valores pagos indevidamente referentes a impostos e contribuições. Na Fundação, esse processo ocorreu por meio da compensação de tributos recolhidos a maior.

A Fundação reouve créditos tributários identificados a partir de trabalho realizado em conjunto com consultoria externa com expertise em recuperações tributárias. Do montante compensado, um percentual foi repassado à consultoria como forma de pagamento pelos serviços prestados, de acordo com o contrato.

42. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Decorrente da dedicação (em horas) dos membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções. O reconhecimento ocorre pelo valor justo da prestação dos serviços, tendo como base os valores praticados por esses profissionais no mercado.

O valor não foi efetivamente pago, tendo sua mensuração realizada apenas para registro contábil. O cálculo teve como base o tempo médio de dedicação dos conselheiros.

43. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Rendimentos auferidos sobre as aplicações financeiras da Fundação. Sua apropriação ocorre levando-se em consideração o regime de competência.

44. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Cumprindo os dispostos da Resolução CFC nº 1409/2012 e da ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, a Funarbe realiza estudos acerca das imunidades usufruídas e apresenta, baseando-se no exercício corrente, o cálculo estimado dos tributos (como se devido fosse) tendo como base a forma de tributação do Lucro Real para fins do IRPJ e CSLL. Para a apresentação do PIS e COFINS, foi utilizado a metodologia do Regime de Não Cumulatividade.

No cálculo, a Fundação considerou a alíquota de 15% a título de Imposto de Renda (IR), 10% de a adicional de IR e 9% relativo a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

<u>Período</u>	<u>PIS/COFINS</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>Total</u>
Anual	1.600.164	1.392.425	3.855.847	6.848.436
Total:	1.600.164	1.392.425	3.855.847	6.848.436

A Fundação é uma entidade imune ao recolhimento de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e Cofins na forma da legislação aplicável.

45. GERENCIAMENTO DE RISCOS

45.1 Taxas de juros: Em razão da natureza das suas transações de caixa, a Fundação não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações financeiras.

45.2 Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

45.3 Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

46. SEGUROS CONTRATADOS

A Fundação adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. A Fundação possui as seguintes apólices de seguros vigentes:

46.1 Apólice de seguro de Vida em Grupo, Plano Funcionários, tipo de capital uniforme, contratado junto à Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A;

46.2 Apólice de seguro predial (Unidade Supermercado Escola), contratado junto à Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais;

46.3 Apólice de seguro predial (Unidade Administração de Projetos), contratado junto à Pottencial Seguradora S.A;

46.4 Apólice de seguro predial (Unidade Laticínio Escola), contratado junto à Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais;

46.5 Apólices de seguro total da frota de veículos automotores (Unidade de Projetos), contratado junto à Allianz Seguros S.A, Zurich Minas Brasil Seguros S.A e F. C. Reichemback Corretora de Seguros LTDA;

46.6 Apólices de seguro total da frota de veículos automotores (Supermercado Escola), contratado junto à Allianz Seguros S.A e F. C. Reichemback Corretora de Seguros LTDA;

46.7 Apólices de seguro total da frota de veículos automotores (Laticínio Escola), contratado junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A, Gente Seguradora e F. C. Reichemback Corretora de Seguros LTDA.

47. EVENTOS FUTUROS

A Funarbe avaliou os eventos ocorridos após 31/12/2024 e não foram observadas situações posteriores ao fechamento das demonstrações que possam impactar a fidedignidade das informações contidas neste demonstrativo.



Esta página é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes, CNPJ 20.320.503/0001-51, datado em 31 de dezembro de 2024.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

Adriano Nunes Nesi (Presidente)
Alan Ferreira de Freitas
Cristina Mattos Velloso
Israel Teoldo da Costa
Rubens Alves de Oliveira

SUPLENTE

Ana Lúcia Coutinho Galvão
Jader Fernandes Cirino
Luiza Carla Vidigal Castro
Rafael Faria de Abreu Campos
Taciano Oliveira da Silva

MEMBRO EXTERNO (REPRESENTANTE DO INPA)

José Francisco de Carvalho Gonçalves

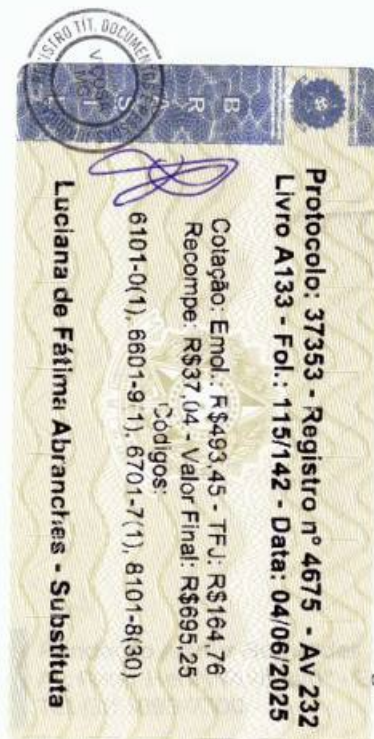
MEMBRO REPRESENTANTE DO CONSELHO TÉCNICO DA UFV

Denise Mara Soares Bazzolli

DIRETORIA EXECUTIVA


Rodrigo Gava
Diretor-Presidente


Olinto Liparini Pereira
Diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação




Jose Cruz Reis Neto
Superintendente Executivo


Marcelo da Silva de Paula
Coordenador Contábil e Financeiro
CRC-MG 099211/O



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2024

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Cooperados da
Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE
Viçosa/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de Superavit e déficits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer sem modificações, em 22 de março de 2024.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante o exercício sob auditoria.

Belo Horizonte, 12 de março de 2025

CASTRO, SERRA, NIRDO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/MG 0190

JULIANO RIBEIRO
ZAULI:02598851
692

Assinado de forma digital
por JULIANO RIBEIRO
ZAULI:02598851692
Dados: 2025.03.17 21:41:20
-03'00'

Juliano Ribeiro Zauli
Contador CRC/MG 77.421

JUAN RODRIGUES
DE ARAUJO
GOMES:1356175660
3

Assinado de forma digital por
JUAN RODRIGUES DE ARAUJO
GOMES:13561756603
Dados: 2025.03.17 15:36:51
-03'00'

Juan Rodrigues de Araujo Gomes
Contador CRC/MG 123.887

DECLARAÇÃO DE CÁLCULO DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Razão Social: Fundação Arthur Bernardes

CNPJ: 20.320.503/0001-51

Ano de Referência: 2024

A Fundação Arthur Bernardes DECLARA, para os devidos fins, que as informações contidas neste documento foram extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, as quais comprovam a boa situação financeira da instituição.

Ativo Circulante = R\$ 765.862.273
Realizável a Longo Prazo = R\$ 3.526.687
Passivo Circulante = R\$ 688.065.029
Passivo Não Circulante = R\$ 0,00
Ativo Total = R\$ 815.056.892

1) Liquidez Geral

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \frac{R\$ 765.862.273 + R\$ 3.526.687}{R\$ 688.065.029 + R\$ 0} = 1,12$$

2) Solvência Geral

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} = \frac{R\$ 815.056.892}{R\$ 688.065.029 + R\$ 0} = 1,18$$

3) Liquidez Corrente

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{R\$ 765.862.273}{R\$ 688.065.029} = 1,11$$

MARCELO DA SILVA
DE
PAULA:06440945670
Marcelo da Silva de Paula
Coordenador Contábil e Financeiro
CRC-MG 099211/O

Assinado digitalmente por MARCELO DA SILVA DE PAULA:06440945670
ND: C=BR, CN=CPFC Brasil, OU=20320503000151, OU=Secretaria de
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=(EM BRANCO),
OU=presencial, CN=MARCELO DA SILVA DE PAULA:06440945670

Localizador:
Data: 2025.06.06 14:55:18-03'00'
Versão PDF: Reader Versão: 12.0.1